

edição 02

Carveja  
faz mal  
quando  
falta

# RADAR

favela

COVID-19



DOIS METROS  
DISTÂNCIA  
2 METROS

Foto: Edna Santos Souza



PATRIMÔNIO  
DA SOCIEDADE  
BRASILEIRA

# SUMÁRIO

## 3 APRESENTAÇÃO

## 4 MEGAFONE

## 9 O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS?

10 COMUNICADORES DE FAVELA LANÇAM A TV PORTAL FAVELAS  
Bárbara Nascimento

11 LABJACA: DISPUTAR A PRODUÇÃO DE DADOS  
E NARRAR A PRÓPRIA HISTÓRIA

Equipe Radar

12 A PANDEMIA NA OCUPAÇÃO VITO GIANNOTTI  
Alessandra Nzinga e Jurema Constâncio

14 MORADORES DO MORRO DOS MACACOS EXIGEM  
O FIM DA VIOLÊNCIA POLICIAL

Vanderlea S. Aguiar

## 15 DEBATES

16 A A COVID-19 NO SANTA MARTA:  
COMO A FAVELA ESTÁ LIDANDO COM A PANDEMIA?

Associação Escola Sem Muros Grupo Eco

22 SOB OS TRILHOS: MULHERES E PANDEMIA

Bianca Peçanha

## 25 MOVIMENTOS SOCIAIS

26 MORADORES PROTESTAM CONTRA AMEAÇA  
DE REMOÇÃO E PELO DIREITO À MORADIA

Equipe Radar

28 OPERAÇÕES POLICIAIS E PANDEMIA:  
MOVIMENTOS DE FAVELA OBTÊM VITÓRIA NO STF

Marcelo Dias e Djéff Amadeus

# APRESENTAÇÃO

*Radars COVID-19, Favelas* é um informativo produzido no âmbito da Sala de Situação Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, vinculada ao **Observatório COVID-19 da Fiocruz**. Estruturado com base no monitoramento ativo (vigilância de rumores) de fontes não oficiais – mídias, redes sociais e contato direto com moradores, coletivos, movimentos sociais, instituições e articuladores locais – busca sistematizar, analisar e disseminar informações sobre a situação de saúde nos territórios selecionados, visando promover a visibilidade das diversas situações de vulnerabilidade e antecipar as iniciativas de enfrentamento da pandemia.

Os relatos são coletados por meio da constituição de uma rede de interlocutores, valorizando a produção compartilhada de conhecimento, o acesso e a participação ativa de moradores de favelas e de seus movimentos sociais.

# MEEF GANE

O conteúdo aqui publicado é composto de relatos de moradores, notas de movimentos sociais e coletivos, denúncias e reportagens sobre o contexto enfrentado por territórios de favela e periferia durante a pandemia.

**FALTA DE ÁGUA, UM PROBLEMA CRÔNICO QUE IMPEDE A PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO DA FAVELA NA PANDEMIA:** veículos de imprensa, como o portal de notícias G1 (21/07/2020) e o jornal O DIA (22/07/2020), noticiaram que moradores de comunidades do Rio de Janeiro relatam falta de abastecimento de água há semanas durante a pandemia do novo coronavírus. Em localidades da Rocinha, na Zona Oeste, e de Manguinhos, na Zona Norte, falta água há quase um mês, segundo moradores. Na quarta - 22/07 - moradores da Rocinha realizaram um protesto contra a falta d'água na comunidade. Por conta da manifestação, a Autoestrada Lagoa-Barra chegou a ser parcialmente interditada na altura da Rocinha, mas foi liberada minutos depois. As Ouvidorias do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro divulgaram um formulário de denúncias online para saber os locais que estão sem água. O acesso à água encanada é um direito crucial para a contenção do coronavírus: <https://bit.ly/prafazervaler>

**OPERAÇÃO POLICIAL DEIXA UMA PESSOA MORTA, DUAS FERIDAS E INTERROMPE ATENDIMENTOS DA CLÍNICA DA FAMÍLIA NA VILA KENNEDY:** o site Portal Favelas noticiou no dia 12 de agosto de 2020 ocorreu uma operação policial na Vila Kennedy, com o objetivo de retirar barreiras colocadas nas ruas por membros do tráfico de drogas. A operação resultou na morte de uma pessoa, duas feridas e dez presas. O serviço de saúde foi interrompido e a Clínica da Família suspendeu os atendimentos.



**JUSTIÇA DO RIO DETERMINA REINTEGRAÇÃO DE POSSE DE PRÉDIO OCUPADO PELA CASA NEM, EM COPACABANA:** a ocupação abriga cerca de 80 pessoas LGBTIs em situação de precariedade. Pelas redes sociais a Casa Nem convocou movimentos sociais e colaboradores para um ato, no dia 23 de agosto, em defesa do direito à moradia e contra o despejo em meio à pandemia. No dia 24 de agosto de 2020, a Polícia Militar se dirigiu ao prédio da Casa Nem para realizar o despejo.

**PRÉ-VESTIBULARES COMUNITÁRIOS PEDEM O CANCELAMENTO DO ENEM 2020:** foi lançado no dia 11 de agosto de 2020, um manifesto produzido pelo Fórum de Pré-Vestibulares Populares do Rio de Janeiro. O documento destaca a crise financeira que tem afetado as famílias de alunas e alunos, a dificuldade de acesso à internet e das condições de estudo, tornando a realização do Enem durante a pandemia um obstáculo à democratização da educação, reforçando desigualdades históricas.

**RETIRADA DA LINHA DE ÔNIBUS 350 – MENOS ÔNIBUS, MAIS PASSAGEIROS E MAIOR O RISCO DE CONTAMINAÇÃO:** a empresa Estrela deixou de operar na sexta-feira, 31 de julho de 2020. Segundo o Diário do Transporte, em matéria publicada no dia 03 de agosto de 2020, apesar de haver ônibus de outras empresas do consórcio Internorte em algumas linhas que eram operadas pela Estrela, depoimentos dos usuários nas redes sociais informam que a quantidade é insuficiente e



que há ainda itinerários sem cobertura. Moradores que fazem uso dessa linha de ônibus se queixam que com menos ônibus disponíveis maior será o número de passageiros em cada veículo, o que aumenta os riscos de contaminação.

**ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL NA PANDE-  
MIA:** audiência pública realizada no dia 14 de agosto de 2020 e organizada pela Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente discutiu o retorno às aulas e a garantia à alimentação dos alunos da rede municipal durante a pandemia. Na audiência, o subsecretário de educação Luiz Antônio da Silva informou que a partir do dia 17 de agosto de 2020 seria retomada a entrega de 641 mil cartões de alimentação às famílias dos alunos da rede municipal. Segundo a Assessoria de Comunicação da Câmara, deputados relataram ter recebido lista de reclamações enviadas pelos profissionais da educação, que inclui: a ausência de visita da Vigilância Sanitária às unidades escolares; a falta de planejamento, desorganização e informações truncadas, ameaças e esgotamento profissional.

**REDES DA MARÉ IDENTIFICA IMPACTOS DA PANDEMIA NA SAÚDE MENTAL:** no seu décimo quarto Boletim de Olho no Corona, publicado no dia 6 de agosto, a Redes da Maré apresenta os dados atualizados da Covid-19 na Maré, Zona Norte do Rio de Janeiro, e dedica atenção especial para o impacto da pandemia na saúde mental da população residente no bairro. A partir da atuação da ONG nas ações de solidariedade



e de monitoramento dos casos da Covid-19, foi observado um aumento do número de casos de ansiedade e depressão na população, inclusive em crianças e adolescentes, nesses quatro meses e meio de pandemia. Foi identificada a necessidade de desenvolvimento de iniciativas visando a melhoria e ampliação dos serviços públicos de atenção psicossocial oferecidos aos moradores de favelas e periferias da cidade. Estas evidências, análises e proposições estão presentes em três matérias que tratam dessa temática no Boletim, intituladas: “O desmonte da política de saúde mental e seus agravos durante a pandemia”; “Saúde mental e atenção psicossocial na Maré durante a pandemia”; e “Os efeitos do isolamento social na saúde mental de crianças e adolescentes da Maré”.

Recomendamos a leitura do boletim no seguinte link:

<https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/08E14-BoletimDeOlho.pdf>



# O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS?



Este espaço tem por objetivo repercutir como as favelas e seus moradores, principalmente através da dimensão coletiva e organizativa dos movimentos sociais, estão enfrentando e lidando com a pandemia Covid-19, bem como vocalizando no espaço público suas demandas e reivindicações face ao papel do Estado.

Através da compilação de notícias, de relatos de moradores, do acompanhamento e interlocução com os serviços da Estratégia de Saúde da Família e da rede de ensino público (municipal e estadual) e análises de especialistas e pesquisadores buscamos aqui fazer ecoar *O que tá pegando nas favelas?*

Essa iniciativa vincula-se ao Observatório Covid-19 Fiocruz e pretende somar-se às lutas das favelas, de seus moradores, movimentos sociais e organizações coletivas.

# COMUNICADORES DE FAVELA LANÇAM A TV PORTAL FAVELAS

**Colaboradora: Bárbara Nascimento**

A TV Portal Favelas, do Rio de Janeiro, lançada na última quarta-feira, é uma proposta inovadora de comunicação. Narrado por comunicadores de favela, esse veículo pretende exibir potências periféricas e romper com estereótipos marginalizantes. A programação traz, entre muitas pautas interessantes, o bom cinema, a música, a culinária, o credo multicultural, a solidariedade dos moradores, a representatividade negra e LGBT. Um contraponto fundamental ao que fazem, historicamente, as emissoras comerciais.

A iniciativa é um passo importante, no campo da mídia alternativa, para retomar as rédeas do Brasil que, como dizem os organizadores da TV, foi roubado do povo, ainda mais considerando o momento atual marcado pelo discurso de ódio e pelo fascismo. As vozes historicamente silenciadas serão difundidas.

**É a favela falando por si, deixando de ser  
objeto da matéria e se colocando  
como veículo de informação e entretenimento.  
Os apresentadores são moradores  
do Complexo da Maré, Complexo do Lins,  
Vidigal, Babilônia, Rocinha,  
Jacarezinho e Baixada Fluminense.**

# LABJACA: DISPUTAR A PRODUÇÃO DE DADOS E NARRAR A PRÓPRIA HISTÓRIA

## Equipe Radar

Disputar a produção de dados e narrar a própria história. Eis os objetivos que levaram um grupo de jovens a criar o *LABJACA* – Laboratório de Dados e Narrativas na Favela do Jacarezinho. No dia 16 de julho de 2020, foi ao ar o primeiro da série de 5 vídeos produzidos pelo LabJaca.

**No primeiro vídeo da série, os jovens que compõem esse coletivo afirmam que fizeram a escolha por iniciar o projeto em meio à pandemia, uma vez que sabem que os dados oficiais não condizem com a realidade.**

Sobre a caracterização da favela, destacam os mais de 37.000 moradores da favela e um dos piores índices de expectativa de vida do município do Rio de Janeiro e alta incidência da tuberculose. Além disso, destacam os conflitos entre o poder paralelo e o poder instituído: a favela fica em frente à Cidade da Polícia e sofre com constantes operações policiais e a violência armada.

O segundo episódio da série, intitulado “Na visão do morador”, que foi ao ar no dia 24 de julho de 2020, contou com entrevista de moradores que destacaram a vivência na favela, desde os bons momentos de brincadeira na infância, até um episódio no qual uma das entrevistas, agente comunitária de saúde, foi vítima de “bala perdida” já na vida adulta. Em suas falas, moradores fizeram questão de destacar a favela enquanto um local de potência e que precisa ser valorizado como tal. Além disso, chamaram atenção para a pouca visibilidade da favela do Jacarezinho; a criminalização da população preta enquanto um mecanismo de controle de seus corpos, com destaque para o genocídio pelos agentes do estado, feminicídio e encarceramento em massa; a violência do estado que gera medo nos moradores, enquanto a lógica deveria ser o inverso, ou seja, um estado promotor de direitos.

# A PANDEMIA NA OCUPAÇÃO

## VITO GIANNOTTI

**Colaboradoras: Alessandra Nzinga e Jurema Constâncio**

A Ocupação Vito Giannotti, que fica na zona portuária do Rio de Janeiro tentou desde o início da pandemia manter as medidas sanitárias recomendadas pela Organização Mundial de Saúde. Uma pia foi instalada na entrada da Ocupação, e foram disponibilizados água, sabão e álcool. É exigido que a circulação pelas áreas comuns ocorra com a utilização de máscaras. Contudo, mesmo tendo um caso confirmado, alguns moradores têm se negado a adotar as medidas de segurança, achando-as desnecessárias. Há suspeita de outros casos, inclusive assintomáticos, já que as crianças brincam entre si, independente da rotina dos pais e algumas delas brincam na rua.

Foto: Acervo da Ocupação Vito Giannotti





Foto: Acervo da Ocupação Vito Giannotti

**O negacionismo é grande e por isso foi necessário acionar a secretaria de saúde que visitou a Ocupação duas vezes, uma para auxiliar a família com o caso confirmado e reforçar as orientações aos moradores sobre a importância de prevenção e cuidado.**

Sempre que possível está sendo distribuído álcool e máscara para os moradores e esforços estão sendo feitos para que quem não se contaminou, continue ileso. Uma boa parcela dos moradores mantém o isolamento permanecendo dentro da Ocupação, saindo apenas em caso de necessidade.

Por outro lado, há moradores que se reúnem, formando grupos na área comum ou uns nas casas dos outros. As confraternizações no terraço foram suspensas com êxito. Há moradores que seguem recebendo visitas sem nenhum cuidado e isso faz com que quem leva a sério o distanciamento e prevenção, precise redobrar o cuidado.

De todo modo, espera-se chegar ao final da pandemia sem grandes sustos. Há também uma rotina de higienização das áreas comuns, paredes, escada, corrimão. Até a segunda semana da pandemia se conseguiu fazer com que as pessoas que não trabalham, não fossem à rua sem necessidade, depois disso, não foi mais possível conter. Apesar dos riscos, a Ocupação Vito Giannotti espera que seus moradores consigam atravessar o período da pandemia sem novos contatos com a doença.

# MORADORES DO MORRO DOS MACACOS EXIGEM O FIM DA VIOLÊNCIA POLICIAL

**Colaboradora: Vanderlea S. Aguiar**

No dia 14 de agosto, sexta-feira, durante um torneio de futsal da comunidade, a Polícia Militar desrespeitou a decisão judicial e realizou uma operação assassinando duas pessoas, dentre elas Caio Gabriel Vieira da Silva, de 20 anos, que participava do torneio.

No dia 19 de agosto, diversas lideranças, grupos e coletivos do Morro dos Macacos, Rede Emancipa de Educação Popular, Coletivo Macacos Vive, Entre Amigos, MOB-RJ, recolheram assinaturas de moradores da favela contra as incursões policiais no Morro, em respeito à decisão do Supremo Tribunal Federal (ADPF 635) proibindo tais operações durante a pandemia do novo Coronavírus. O ponto de encontro foi na Vila Olímpica e Praça da curva. Depois várias lideranças comunitárias com a camisa do movimento se espalharam pela comunidade recolhendo assinaturas. A comunidade está se organizando para lutar por justiça e contra a naturalização da política de morte que o Estado impõe sobre as favelas. A ação de ordenação do espaço de favela, ainda mais em tempos de pandemia, não deve repercutir na morte de seus moradores e moradoras.

Foto: Nicolás Calabrese



## DEBATES

Nesta seção publicamos os resultados de uma pesquisa realizada pela **Associação Escola Sem Muros Grupo Eco** que atua na favela Santa Marta. O objetivo da pesquisa foi buscar compreender como a pandemia do Covid-19 impactou a favela Santa Marta e como os moradores se organizaram para enfrentá-la.

Também publicamos o texto de Bianca Peçanha, integrante do **Laboratório de Dados e Narrativas na Favela do Jacarezinho - LABJACA**, sobre as mulheres em situação de rua vivendo nos trilhos do trem do eixo Triagem-Del Castilho.



# A Covid-19 no Santa Marta: como a favela está lidando com a pandemia?

Associação Escola Sem Muros Grupo Eco



A pandemia causada pela disseminação do coronavírus se alastrou pelo mundo e chegou ao Brasil, oficialmente em final de fevereiro de 2020. No Brasil, especialmente nas principais capitais, especialistas chamaram a atenção para o grande risco do espalhamento do vírus nas favelas.

Apesar do alerta, a atuação do poder público nesses lugares foi e é praticamente nula. Não se sabe com precisão, até hoje, quantas pessoas foram contaminadas e quantas morreram pela contaminação do vírus nas favelas do Rio.

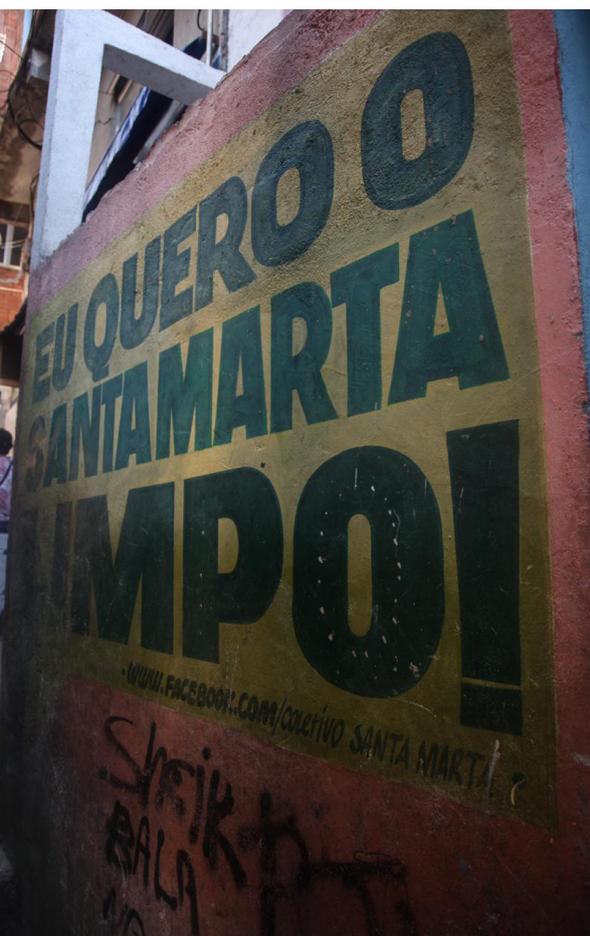
Somente na semana de 21 de junho a Prefeitura apresentou um estudo realizado em quatro favelas do Rio, indicando o percentual de contaminados. No entanto, o número de testes realizados ainda é considerado muito baixo pelos especialistas, como se observa, por exemplo, nos dados e análises do Boletim Socioepidemiológico da Covid-19 nas Favelas da Fiocruz.

A favela Santa Marta é uma das 763 favelas/ Aglomerados subnormais – como classificadas pelo IBGE –, no Rio de Janeiro. Localiza-se na encosta sul do Morro Dona Marta, no bairro de Botafogo, no limite extremo sudeste do maciço da Tijuca, a aproximadamente 100 m do Parque Nacional da Tijuca.

A favela tem sua origem na década de 1930 e o número certo de moradores é ignorado: o censo do IBGE, de 2010, listava 1.176 domicílios, e 3.908 moradores. Já um levantamento feito pela Light em 2009/2010, listava 1594 residências, com 5.409 moradores. O Grupo Eco, a exemplo da Associação de Moradores, adota o número de 6.000 moradores.

## RÁPIDA INICIATIVA DA ORGANIZAÇÃO INTERNA DA FAVELA

Foto: Tatyane Lauria



Com a pandemia, articulou-se uma ampla rede social de apoio, assumindo o protagonismo de proteger, informar e garantir a subsistência das pessoas nos meses da pandemia. Lideranças e ativistas locais lançaram mão de seus contatos externos e sua capilaridade garantiu: informação, sanitização, atendimento remoto, proteção (máscaras e álcool em gel), pias para lavagem das mãos e alimentação (cesta básica) para todas as famílias vulneráveis.

Nos primeiros quatro meses de pandemia foram distribuídas aproximadamente 10.000 máscaras e construída uma rede com, no mínimo, cinco frentes internas de distribuição de cestas básicas, com diferentes pontos de entrega: igrejas (católica e evangélica), centros espíritas, Associação de Moradores do Bairro.

**O Grupo Eco, que nasceu na favela de Santa Marta no final da década de 70, é uma das forças de liderança da comunidade. Tem seu foco na organização comunitária e na busca de melhor qualidade de vida na favela e, frente à ameaça que representa a pandemia, movimentou-se para, junto com outros atores, proteger os moradores.**

Depois de quatro meses atuando coletivamente para distribuir cestas básicas, vale gás, máscaras, álcool em gel, dentre outras ações, o Grupo Eco quis saber como a Covid-19 atingiu a favela. Para isso, decidiu olhar de maneira específica para as mortes ocorridas na favela no período de fevereiro a junho: Quantos morreram? Do que morreram? O que podemos pensar sobre esses registros?

Com tantas incertezas e desinformação, é necessário entender o que está acontecendo nas favelas do Rio de Janeiro: o que a presença ou ausência dos dados podem nos dizer e/ou provocar?

Foto: Edna Santos Souza

A única presença do poder público era a voz do prefeito que se repetia, automaticamente, três vezes ao dia, no alto-falante da Associação de Moradores. O texto informava que a prefeitura tinha hotéis confortáveis para aqueles que se sentissem ameaçados em suas casas. Apesar da repetição diária, não temos registro de nenhum morador que tenha se utilizado deste serviço oferecido pela Prefeitura.



## AS MORTES POR COVID-19 NA FAVELA

A partir de um roteiro inicial, conversou-se com lideranças locais e moradores espalhados na favela, buscando identificar as mortes no período indicado.

Por ser de tamanho médio para pequeno e ter uma conformação geográfica que facilita a comunicação interna (contida fisicamente por dois muros que a ladeiam), as notícias, principalmente de morte, circulam muito rapidamente. Foram feitas sondagens nas redes sociais da Favela, por onde circula todo tipo de informação, inclusive morte e enterros, e coletadas informações sobre as mortes a partir de conversa direta com os moradores.

Foi contratada uma moradora local, ex-agente comunitária de saúde da clínica da família e formada em Serviço Social para abordar os familiares e conversar sobre as mortes, com o objetivo de saber quantos morreram de Covid-19 e em que condições.

Foram identificadas inicialmente 10 mortes entre fevereiro e junho na favela de Santa Marta, de diversas causas. No entanto, uma foi descartada já que a pessoa não morava na favela há alguns anos, apesar de ter familiares e amigos no local. Portanto, ocorreram nove óbitos, cujas famílias foram entrevistadas. Cinco morreram em decorrência de Covid-19, confirmada pelas circunstâncias: atestado óbito “Covid-19 suspeito” ou “sepultamento protocolo Covid-19”. Não foram realizados exames ou atestados confirmatórios, mais um símbolo da incapacidade do Estado em lidar com a doença.

O número de contaminados é impreciso na medida em que não há testagem, o que resulta em subnotificação. Em relação às mortes, dos nove óbitos identificados no período, oito eram mulheres e um homem. Quanto à idade, seis tinham mais de 50 anos e três na faixa dos 30. Já os dados de raça/cor, revelam cinco pessoas negras e quatro brancas.

Todas as vítimas tinham uma ou mais doenças pré-existentes: hipertensão, diabetes, obesidade, doenças respiratórias e doença renal.

O que fazer para combater as doenças que estão matando a população de favela: hipertensão, diabetes, obesidade, depressão? Considerada a “doença do século”, a depressão segue “invisível” nos territórios da pobreza. As Clínicas da Família estão preparadas para lidar, descobrir e acompanhar esses casos?

## **EFEITOS DA PANDEMIA NA VIDA DOS MORADORES DO SANTA MARTA**

Para além das mortes, foi possível identificar nas falas dos moradores e moradoras entrevistados como a pandemia tem afetado diferentes aspectos de suas vidas.

- Com as creches fechadas, muitas mães não têm onde deixar os filhos;
- Vários arranjos familiares tiveram que ser refeitos diante da morte de pessoas, reorganizando formas e redes de cuidado. Pessoas tiveram que se mudar de residência para cuidar ou serem cuidadas por alguém. Mudanças relacionadas, principalmente, aos cuidados com crianças e idosos. Vizinhas assumiram a responsabilidade pelo cuidado de outros vizinhos;
- Moradores que tiveram contato com pessoas que testaram positivo para Covid-19, não foram submetidos a teste para verificar se houve ou não contaminação;
- Vários moradores entrevistados na pesquisa, que tiveram entes queridos enterrados sob o protocolo Covid-19, deram depoimentos marcantes sobre os enterros e as despedidas não ritualizadas, marcas que permanecerão no tempo;
- A depressão, a tristeza, o isolamento, falta de apetite, desânimo, incertezas, foram temas que apareceram nos relatos dos entrevistados;

- A dimensão e conformação do território da favela Santa Marta facilitaram as ações junto à população da favela.

- Através do cuidado alimentar e sanitário imediato com os moradores, bem como dos cuidados pessoais, obteve-se um resultado que forneceu informações e elementos para uma compreensão das favelas para além da pandemia, eviden-



Foto: Tatyane Lauria

- ciando questões como, por exemplo, uma maior incidência de morte de mulheres e uma grande incidência de doenças crônicas;

- As condições domésticas e locais marcadas pela falta de políticas públicas de assistência, sanitária e habitacional, especialmente, dificulta a manutenção da saúde;

- Testes de Covid-19 para todos os moradores é o desafio;

- A diferença de tratamento entre a favela e o asfalto exige mudança imediata de acesso às políticas públicas;

- Essa pesquisa reflete o processo histórico de organização, atitude e pensamento de setores representativos dessa favela;

- Identificou-se a presença ativa da sociedade civil de dentro e de fora da favela, apesar da ausência do Estado.

# Sob os trilhos: mulheres e pandemia

Bianca Peçanha,  
graduanda em geografia/UFRJ,  
coordenadora do NICA Jacarezinho  
e coordenadora LabJaca



A afirmativa de que a pandemia escancarou os abismos sociais existentes no Brasil é inquestionável. A primeira vítima, uma mulher empregada doméstica, já alertava sobre o que estava por vir: o “vírus democrático” tem mais pobres e negros entre suas vítimas fatais.

Foto: Renan Mathias | @renanmathias



Racismo, sexismo, desigualdade social, falta de acesso à informação, saneamento básico e atendimento adequados nos postos de saúde, são elementos cruciais que perpetuam o efeito sociorracial da pandemia do COVID-19. A produção dessas mortes está associada à continuidade de um projeto político colonial escravocrata que não abandonou o Brasil na abolição, em 1888.

O perfil dessas mortes está impresso nos trilhos do trem do eixo Triagem-Del Castilho, onde centenas de pessoas estão em si-

tuação de rua, bebendo água de tubulações perfuradas, andando sobre esgoto a céu aberto, incitadas ao uso de substâncias alucinógenas e arriscando suas vidas ao caminhar entre os trens que cruzam a cidade em alta velocidade. Dentre elas, mulheres negras e travestis, que têm seu corpo como única fonte de sustento.



Foto: Renan Mathias | @renanmathias

As profissionais do sexo são parte da paisagem da linha férrea e estão expostas a todo tipo de violência, muitas recebem acolhimento nos profissionais de saúde do chamado Consultório na Rua, outras estão em completa itinerância e não acessam nenhum serviço de saúde ou assistência social.

**Estas mulheres, com diferentes narrativas, assemelham-se na pobreza latente e no duo gênero-raça que justificam sua exclusão da sociedade formal e dos mecanismos de cidadania. A falta de moradia agrava o não reconhecimento dos direitos dessa população.**

Ao mesmo tempo que sua presença gera um incômodo, quase que generalizado, ora essas pessoas são tratadas com assistencialismo, ora com indiferença.

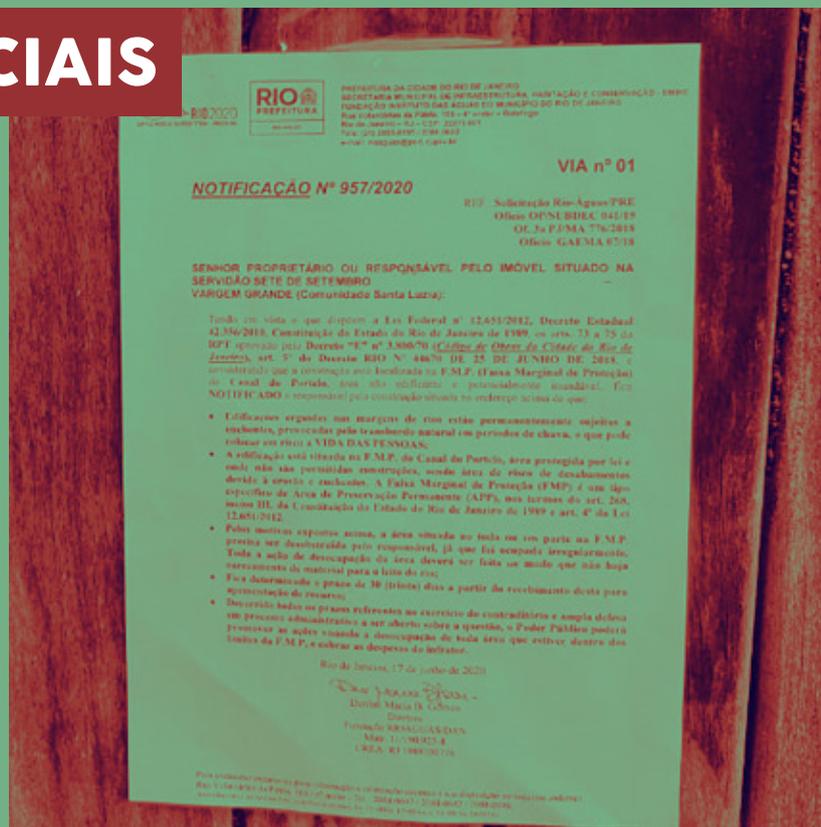
A construção de uma opinião pública por parte das mídias hegemônicas trata de reforçar este como um problema de segurança pública para justificar práticas higienistas e de maior segregação social. A violência silenciosa está presente na negação de direitos básicos até em situações de extrema peculiaridade, como a pandemia que estamos vivenciando. O acesso ao auxílio emergencial por via digital é um dos exemplos de como a globalização e sistematização dos processos estatais suprime de pessoas em situação de rua o direito à vida.

Esta política administrativa de morte, chamada necropolítica (conceito cunhado por Archille Mbembe), em que indivíduos estão expostos ao abandono social, é elemento chave para entender os números alarmantes de mortes pela Covid-19 num país majoritariamente negro, pobre e feminino. Ser mulher preta neste país é assinar uma sentença de morte, e ainda estar em situação de rua é a certeza da inexistência.

O olhar pelo qual este grupo é tratado precisa ser humanizado e atento para atender demandas e contextos específicos. Não há caminho, senão uma política de acolhimento, escuta e iniciativa. Nesse sentido, é preciso reconhecimento aos profissionais da Clínica da Família An-thidio Dias que assumem este compromisso com ética.

# MOVIMENTOS SOCIAIS

Muitas são as dificuldades enfrentadas pela população mais vulnerável no enfrentamento à pandemia do covid-19. Uma delas tem sido a ausência, omissão ou insuficiência por parte do Estado em garantir políticas de proteção social e acesso aos cuidados adequados de saúde, principalmente, no tratamento dos grupos mais vulnerabilizados. Esta seção repercute as lutas dos movimentos sociais de favela pela garantia de direitos básicos. Neste número, repercutimos a organização dos moradores da comunidade Santa Luzia, em Vargem Pequena, contra a ameaça de remoção que pode deixar sem moradia 3800 famílias; e a luta dos movimentos de favela em relação à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 635) que trata da suspensão e regulamentação das operações policiais em favelas durante a pandemia.



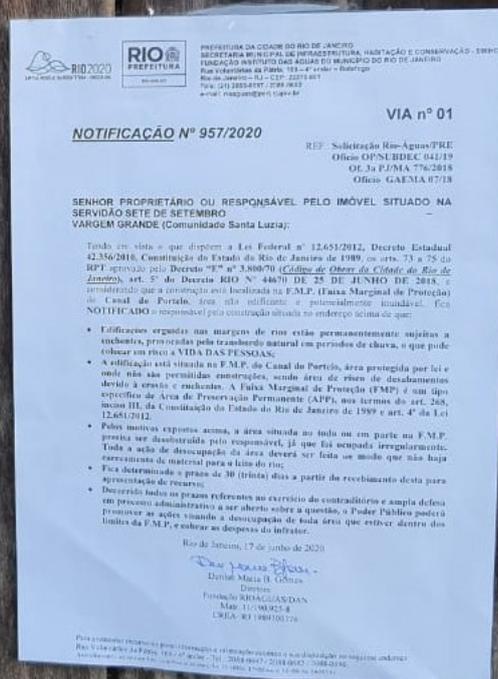
# MORADORES PROTESTAM CONTRA AMEAÇA DE REMOÇÃO E PELO DIREITO À MORADIA

## Equipe Radar

Em plena pandemia de Covid-19, famílias estão perdendo suas casas por não terem condições de pagar o aluguel já que houve diminuição da renda ou foram atingidas pelo desemprego. No dia 7 de junho de 2020, a Rio-Águas, um órgão da prefeitura municipal do Rio de Janeiro, expediu uma notificação às aproximadamente 3800 famílias moradoras da favela Santa Luzia, na área da Vargem Pequena, na Zona Oeste, para que saíssem de suas casas dentro de 30 dias. Uma matéria publicada no site RioOnWatch informa que a prefeitura justificou suas ameaças com o argumento de que a favela está localizada numa área com alto risco de enchentes.

**O Conselho Popular, uma coalização de movimentos populares por moradia, afirmou que as famílias não têm para onde ir e ficaram desabrigadas.**

Foto: Reprodução | RioOnWatch



**Em contrapartida à medida de remoção forçada das famílias, propõe que sejam adotadas políticas de moradia e de urbanização das favelas. No dia 27 de julho de 2020, os moradores realizaram uma manifestação para reivindicar o direito à permanência na comunidade.**

O relator especial da ONU sobre o Direito à Moradia, Balakrishnan Rajagopal, no dia 9 de julho de 2020 afirmou que a crise do Coronavírus deve levar o Brasil a suspender todas as ordens de despejo. Segundo o mesmo, mais de 2.000 famílias já foram expulsas de seus lares, o que configura uma violação de direitos humanos. Segundo Rajagopal, as autoridades locais brasileiras têm preferido a retomada de posse da propriedade de grandes empresas e proprietários de terra em vez da segurança e saúde dos mais vulneráveis.

Diversos movimentos sociais e pesquisadores têm defendido a urgência de uma moratória nas remoções e despejos durante a pandemia. No dia 23 de julho de 2020, movimentos sociais do campo e da cidade lançaram a campanha “Despejo zero: pela vida no campo e na cidade,” com o objetivo de pressionar os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para impedir os despejos e reintegração de posse durante a pandemia de Coronavírus.

# OPERAÇÕES POLICIAIS E PANDEMIA: MOVIMENTOS DE FAVELA OBTÊM VITÓRIA NO STF

**Marcelo Dias - Advogado e Dirigente Nacional do MNU**

**Djeff Amadeus - Advogado e filiado ao MNU RJ**

Os movimentos e grupos que atuam com a questão racial e de favelas, juntamente à Defensoria Pública, obtiveram uma vitória histórica no Supremo Tribunal Federal ao conseguirem suspender as operações policiais durante a pandemia.

Na decisão liminar proferida pelo Ministro Fachin, no dia 5 de junho de 2020, foi determinada a suspensão das operações policiais durante a pandemia, salvo em casos excepcionais. No dia 4 de agosto de 2020, o STF, por maioria de votos, 9x2, acompanhou a decisão do Ministro Fachin. Com relação aos demais pedidos, o julgamento final, ocorrido no dia 17 de Agosto de 2020, determinou também, entre outras coisas, a suspensão das operações policiais durante a pandemia, salvo em casos excepcionais, proibição de operações policiais em perímetros escolares e hospitalares, bem como a proibição destes lugares serem utilizados como base operacional da polícia. Além disso, foi determinada a preservação dos vestígios da cena do crime e que sejam evitadas remoções indevidas de corpos. As investigações devem atender as determinações do protocolo de Minnessota.

O fato histórico ocorreu no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 635), em que diversos coletivos e movimentos sociais de favelas, pela primeira vez na história do Supremo Tribunal Federal, foram aceitos como amigo da corte, podendo, com isso, participar ativamente do processo e da construção do resultado, dentre eles o Movimento Negro Unificado, Movimento

Mães de Manguinhos, Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial, Justiça Global, Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, Redes da Maré, Fala Akari, Coletivo Papo Reto. Além desses, participaram, também, o PSB, autor da ADPF, Educafro, Conectas e Conselho Nacional de Direitos Humanos e Maré Vive, valendo destacar, ainda, as contribuições do Observatório de Favelas, Instituto Marielle Franco, Maré Vive, Cesec, Grupo de Estudo dos Novos Legalismos/UFF e Fogo Cruzado.

Foram vários pedidos, podendo-se destacar a proibição do uso de helicóptero como plataforma de tiro, uso obrigatório de ambulâncias durante as operações policiais, relatórios detalhados ao fim de cada operação policial, suspensão do sigilo de todos os protocolos de atuação policial, utilização de equipamentos de geolocalização (GPS), sistemas de gravação de áudio e vídeo nas viaturas policiais e nas fardas dos agentes de segurança, a proibição de manifestações do Governador incentivando à letalidade policial, entre outras.

Os impactos da suspensão das operações policiais durante a pandemia já tiveram efeitos positivos e imediatos na saúde e na segurança da população. É o que revelou uma pesquisa do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI), que trabalhou três fontes de dados: Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ), Datalab Fogo Cruzado – RJ e a base de dados do GENI/UFF sobre operações policiais em favelas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O período analisado corresponde aos 30 dias posteriores ao dia 5 de junho de 2020, data em que o Ministro Fachin decidiu pela liminar suspendendo as operações policiais.

**Segundo o referido estudo,  
houve uma redução de 61% nos registros  
de tiroteio próximos às unidades de saúde.  
A queda chega ao impressionante  
número de 82% se forem consideradas**

**as trocas de tiros em que havia policiais.  
A região metropolitana registrou  
uma redução de 70% no número de mortes  
oriundas destas operações policiais.**

Além disso, os estudos ainda apontam uma redução dos índices de criminalidade, o que comprova – empiricamente – que a proibição de operações policiais não aumentou a criminalidade. Por fim, vale destacar que a ADPF 635 também salvou vidas, já que a estimativa, segundo a pesquisa, é que nos 31 dias após a decisão aproximadamente 30 vidas tenham sido salvas. Se mantida esta queda histórica, no final do ano teríamos mais de 360 pessoas, principalmente negras, com as suas vidas preservadas.

Por fim, vale destacar que moradoras e moradores de favelas têm relatado mais tranquilidade para continuarem suas ações sociais de doações de alimentos, durante a pandemia, já que tem sido somente por conta dessas ações que inúmeras famílias têm conseguido se alimentar. Contudo, operações policiais com confronto continuam sendo registradas nas favelas.

# EXPEDIENTE

## **Elaboração**

### **Cooperação Social da Fiocruz**

André Lima

Fábio Araújo

José Leonídio Madureira

Mariane Martins

### **Ensp | Fiocruz**

Roberta Gondim

### **EPSJV | Fiocruz**

Carlos Eduardo Batistella

## **Coordenador Editorial**

Fábio Araújo

## **Colaboradores nesta edição**

Alessandra Nzinga

Alexandra da Silva Gomes

Ana Clara Ferreira de Belo

Bárbara Nascimento

Bianca Peçanha

Djeff Amadeus

Fernanda Gomes Faria

Ingrid Maia Boaventura

Itamar Silva

Jurema Constâncio

Marcelo Dias

Maria Damaris Cavazza Vianna

Nicolás Calabrese

Renan Mathias

Rhanna da Silva Henrique

Tatyane Lauria

Thalita Magdalena dos Santos

Vanderlea S. Aguiar

## **Movimentos Sociais e Coletivos**

Laboratório de Dados e Narrativas na Favela do Jacarezinho (LABJACA)

Associação Escola Sem Muros Grupo Eco

Movimento Negro Unificado

Rede Emancipa

Redes da Maré

TV Portal Favelas

União Por Moradia Popular

## **Revisão**

Luiza Gomes

Rhanna da Silva Henrique

Roberta Gondim

## **Projeto Gráfico**

Mariane Martins

